

TABELA DE ALUNOS 1ª TURMA

DEFESA FINAL

NOME DO ALUNO	TEMA DA DISSERTAÇÃO	ORIENTADOR	DEFESA FINAL
ADRIANO ANTUNES DAMASCENO	PARA ALEM DO ACESSO A JUSTICA PENAL: a assistência jurídica publica e validade discursiva das decisões judiciais em matéria penal.	PROF. DR. ROBERTO CARVALHO VELOSO	10/12/2014
ALAIDE SAMPAIO COSTA	A INVESTIGACAO CRIMINAL PROPRIA DO MINISTERIO PUBLICO E A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA SUA VEDACAO.	PROF. DR. CASSIUS GUIMARAES CHAI	20/11/2014
ALYNE MENDES CALDAS	O ALCANCE DA LEGITIMIDADE ATIVA DA DEFENSORIA PUBLICA NA ACAO CIVIL PUBLICA PARA A TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS.	PROF. DR. PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS	20/01/2015
BRUNA BARBIERI WAQUIM	ALIENAÇÃO FAMILIAR INDUZIDA: uma revisão crítica dos fundamentos sócio-jurídicos da Lei de alienação parental.	PROFª. DRª. MONICA DA SILVA CRUZ	10/06/2014
DIOGO DINIZ LIMA	DA JURISDICAÇÃO NACIONAL A SUPRANACIONAL NO PROCESSO DE INTEGRACAO DO MERCOSUL: modelos de estruturação, resolução de conflitos e tutela multinível de direitos fundamentais no âmbito sul-americano.	PROF. DR. PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS	21/01/2015
FELIPE COSTA CAMARAO	A MUDANÇA DE JURISPRUDÊNCIA NO (E PELO) SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DESDE 2008: A necessidade de estabilização das decisões judiciais a partir da segurança jurídica e do direito como integridade.	PROF. DR. NEY DE BARROS BELLO FILHO	30/05/2014
GUSTAVO ANDRE DOS SANTOS	O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL EM FACE DO PRINCIPIO REPUBLICANO DEMOCRATICO E DIALOGO INTERINSTITUCIONAL.	PROF. DR. CASSIUS GUIMARAES CHAI	24/01/2015
JOÃO CARLOS DA CUNHA MOURA	A ERA DA DELEGAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES.	PROFª. DRª. MONICA TERESA COSTA SOUSA	07/04/2014
JORGE FERRAZ DE OLIVEIRA JUNIOR	O ATIVISMO JUDICIAL (OU JURIDICO) NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL POS-2003: acertos, desacertos, indispensabilidades e limites.	PROF. DR. ROBERTO CARVALHO VELOSO	12/12/2014
LIDIA CUNHA SCHRAMM DE SOUSA	A JUDICIALIZACAO DA SAUDE: a eficácia de atuação do Judiciário como garantia da efetividade na solicitação de leitos em UTI neonatal em São Luís.	PROFª. DRª. EDITH MARIA BARBOSA RAMOS	24/01/2015
LUIS ANTONIO CÂMARA PEDROSA	O PROGRAMA BRASILEIRO DE PROTECAO A VITIMAS E TESTEMUNHAS AMEACADAS: uma experiência de participação da sociedade civil na esfera publica.	PROF. DR. JOAQUIM SHIRAIISHI NETO	24/01/2015
LUIZ FERNANDO PEDROSA FONTOURA	A fundamentalidade do direito contido no art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias (ADCT) da constituição federal de 1988 e o papel da Advocacia-Geral da união (AGU).	PROF. DR. NEY DE BARROS BELLO FILHO	13/10/2014
RUAN DIDIER BRUZACA ALMEIDA VILELA	A tutela do modo de vida tradicional de remanescentes de quilombos e a atuação do judiciário no contexto maranhense da duplicação da Estrada de Ferro Carajás.	PROFª. DRª. MONICA TERESA COSTA SOUSA	14/04/2014

SIDNEY FILHO NUNES ROCHA	A TECNICA DE JULGAMENTO MONOCRATICO DE RECURSOS: repercussões de sua aplicação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.	PROF. DR. NEY DE BARROS BELLO FILHO	24/01/2015
---------------------------------	--	--	-------------------